

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
DELEGACIA NO RIO GRANDE DO NORTE

"SUBSÍDIOS A UM DIAGNÓSTICO REGIONAL - RN"

(Elaborado pela DEMEC-RN)

NATAL/MAIO/1980

Extraído do Documento:-

"DIRETRIZES GERAIS E SETORIAIS PARA A  
AÇÃO DE GOVERNO 1979-1983" - Capítu-  
lo 1: "VISÃO GERAL DO ESTADO" (-volu-  
me I.)

Elaborado p/Governo do Estado do Rio Grande  
do Norte, através da SEPLAN/IDEC-RN.

## O MEIO FÍSICO

O Estado do Rio Grande do Norte ocupa uma área de 53.015 Km<sup>2</sup>, que corresponde a 0,6% do território brasileiro e 3,4% do nordestino (área da SUDENE).

Os solos correspondem a duas grandes categorias formadas pelo cristalino (60% da área estadual) e pelo sedimento que recobre toda a faixa costeira.

O Estado apresenta um bom potencial de minérios, destacando-se, entre outros, a scheelita, o calcário, o mármore, a diatomita, o sal marinho, o petróleo, o gás natural, o caulim, a tantalita, o berilo e as argilas.

Ressalte-se que, ao nível da produção nacional, o sal marinho corresponde a 75% e a scheelita a 99%.

O clima é predominantemente árido e semi-árido na maior parte do Estado. Caracteriza-se pela alternância de duas estações nitidamente delimitadas, com instabilidade e baixos índices pluviométricos.

A cobertura vegetal do Estado caracteriza-se pela predominância de tipos xerófitos que recobrem cerca de 80% do território norriograndense. Uma vegetação florestal secundária, bastante devastada, recobre as áreas mais úmidas do Estado - taboleiros do litoral oriental e encostas das serras úmidas.

As bacias hidrográficas estaduais, todas com regime temporário, dividem-se em dois sistemas. O principal, composto pela bacia do Baixo Piranhas - Açu, que abrange 22.700Km<sup>2</sup> e corresponde a 42,78% da área total do Estado e o outro pela bacia do Apodi, que abrange 14.300Km<sup>2</sup> e representa 26,97% do território estadual. Ambas as bacias apresentam, nos seus baixos cursos, regime perene em virtude de serem alimentadas por fontes d'água ou por sangradouros de grandes açudes. O sistema secundário está formado por várias pequenas bacias litorâneas que apresentam regime temporário muito irregular devido a uma maior precipitação pluviométrica verificada apenas nas áreas dos baixos cursos.

Na região do cristalino, de grande instabilidade e baixos índices pluviométricos, o Estado dispõe de elevado número de açudes, pequenas e médias barragens e grandes açudes públicos e privados, com reduzido uso produtivo.

## A POPULAÇÃO

Entre 1950 e 1970 a população estadual experimentou um crescimento médio anual de 2,4%, semelhante ao da região nordestina (2,3% a.a.), mas inferior ao verificado no País (3,0% a.a.).

Neste mesmo período, triplicou o número de habitantes do setor urbano (centros maiores e intermediários), aumento esse que representou uma taxa média de crescimento de 5,7% ao ano. A população rural, por sua vez, cresceu a uma taxa média de 1,1% ao ano.

Dentro desse quadro, estima-se que nos anos próximos, a população urbana seja, em valor absoluto, superior à população rural, vez que para 1980 se prevê uma população total de 2,035 milhões de habitantes, dos quais 49% se localizarão na área urbana e 51% na rural.

A pirâmide etária do Estado apresenta uma base larga, que identifica um número significativo de jovens, resultante de altos coeficientes de natalidade (4,0% em 1970). Esta pirâmide se estreita com certa rapidez, tendo em vista as taxas de mortalidade (aproximadamente 1,6%) e os fluxos emigratórios da população em idade ativa.

RIO GRANDE DO NORTE  
POPULAÇÃO POR FAIXAS DE IDADE  
1970/1980

(Em 1.000 hab.)

FAIXAS DE IDADE	1970 (1)		1980 (2)	
	Nº	%	Nº	%
0 - 14	700	46,8	930	45,7
15 - 49	708	47,2	971	47,7
50 e mais	92	6,0	134	6,6
TOTAL	1.500	100,0	2.035	100,0

(1) Censo Demográfico - IBGE

(2) Estimativas - IDEC

A estrutura etária, como se apresenta atualmente, acarreta um elevado êxodo para o Estado, tendo em vista que a população jovem (90% do total tem até 20 anos) é o componente de maior expressão.

### A ECONOMIA

A economia do Rio Grande do Norte apoiada no setor primário é voltada, basicamente, para mercados extrajudiciais. A associação desses fatores determina um forte grau de dependência a condicionantes externos que limitam o seu dinamismo.

A economia estadual, mercê de circunstâncias especialmente favoráveis, registrou altas taxas médias anuais de crescimento em torno de 11%, no período 1972/77, superiores as taxas nacionais.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
ESTIMATIVA PRELIMINAR DO CRESCIMENTO DO PIB  
1972/77

PERÍODO	INCREMENTO DO PIB (%)
1972	11,1
1973	13,2
1974	8,1
1975	11,9
1976	7,4
1977	14,3
1972/77 (média)	11,0

FONTE: Fundação IDEC

O crescimento constatado no período deveu-se, entre outros fatores, a um significativo número de empreendimentos, resultantes, de decisões autônomas, a boas condições de mercado para produtos do Estado, bem como a clima favorável à apropriação de recursos administrados pela SUDENE.

Maior investimentos foram realizados em projetos governamentais e privados nas áreas de

agricultura, habitação, saneamento, energia e telecomunicações e outros de razoável efeito multiplicador de renda. Cabem, igualmente, referências à implantação de grandes projetos no setor industrial, em que se destacam empreendimentos têxteis e de confecções, bem como uma grande unidade de produção de cimento.

O efeito conjugado desses fatores sobre uma base econômica de reduzidas dimensões, explica, em boa parte, o dinamismo experimentado no período.

Como decorrência, a renda interna "per capita" elevou-se no período 1972 a 1977 a uma taxa média de 7,5%, a partir do que se pode supor uma expansão razoável do mercado interno, com relativa diversificação da demanda.

Setorialmente, há que se considerar a grande expansão industrial, que triplicou sua dimensão, permitindo aumentar para 22% sua contribuição para a formação do produto interno estadual, destacando-se a expansão da indústria de transformação.

A agricultura apresentou bom desempenho, em que pesem flutuações registradas no período, que situaram seu crescimento ligeiramente abaixo do global da economia. No setor terciário destacam-se os desempenhos apresentados pelos serviços financeiros e comércio, itens de grande representatividade na composição setorial, reflexo que são do



RIO GRANDE DO NORTE  
TAXAS DE CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO

S E T O R	MÉDIA 1971-77	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. Agropecuária	15.5	76.6	6.7	4.0	-10.2	15.8	-6.0	21.7
2. Indústria	16.7	19.0	20.4	29.8	16.5	10.7	6.1	14.4
a) Extrativa mineral	7.1	13.5	14.5	17.3	1.1	0.1	0.8	2.5
b) Transformação	21.3	29.8	27.1	30.7	14.3	12.8	13.2	21.2
c) Construção	14.0	-10.8	-1.1	56.6	59.7	15.3	-16.4	-6.5
3. Serviços	12.8	14.6	10.6	12.5	15.6	10.6	14.8	11.2
a) Transporte e Comunicação	17.1	16.1	-4.1	44.4	0.9	35.3	13.3	14.2
b) Serviços Financeiros	20.8	-5.4	22.8	33.7	17.7	33.8	23.8	19.3
c) Serv. Pessoais e Comerciais	6.8	7.8	6.5	8.5	5.1	6.0	7.2	6.7
d) Comércio	18.4	39.9	4.2	24.0	26.7	5.9	19.5	8.6
e) Aluguéis	5.1	3.8	0.7	3.5	4.3	3.3	10.3	9.6
f) Energia e Água	15.0	-2.2	22.4	24.9	-1.2	5.6	33.4	22.2
g) Governo	14.9	3.4	41.7	-5.7	21.8	14.9	12.4	15.5
T O T A L	13.9	30.9	11.2	13.3	8.1	11.9	7.4	14.3

FONTE: Fundação IDEC

clima dos negócios e comportamento geral da economia.

O comportamento da economia northeriograndense nos últimos anos retratou uma conjugação especial de fatores internos e externos ao sistema econômico estadual, representados pela manipulação de variáveis de política econômica que permitiram, inclusive, a incorporação de novas atividades econômicas.

### ASPECTOS SOCIAIS

O Estado do Rio Grande do Norte figura entre as áreas mais subdesenvolvidas do País. A incidência generalizada da pobreza no Estado pode ser evidenciada pelo fato de que, em 1977, duas terças partes do número de famílias residentes auferiam rendimentos inferiores ao salário mínimo regional.

Esse quadro decorre não apenas da pequena dimensão da renda estadual, como da regressividade de sua distribuição em termos pessoais, situação que também se manifesta nos planos setorial e espacial.

Do ponto de vista setorial, registra-se uma acentuada participação do setor primário na geração de empregos, fato que se evidencia na estrutura da população economicamente ativa.

RIO GRANDE DO NORTE  
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA  
1970/77

SETORES	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA			
	1970 (1)		1977 (2)	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Primário	240.000	58	250.000	52
Secundário	45.000	12	70.000	15
Terciário	60.000	30	160.000	33
TOTAL	410.000	100	480.000	100

FONTE: (1) Censo Demográfico IBGE  
(2) Estimativa do IDEC

Em que pese estimar-se uma queda na participação relativa do setor primário na ocupação da população economicamente ativa entre 1970 e 1977, a sua contribuição é ainda de 52% para a oferta de empregos. Esse fato é mais significativo, na medida em que se impõe, para anos futuros, o aumento da produtividade da agricultura estadual, praticada, hoje, com baixos índices técnicos.

Sob o aspecto espacial evidencia-se uma maior e crescente concentração de renda e de população, nas áreas do litoral oriental e dos vales ocidentais, o que se explica pelo fato de que nelas estão localizados os dois maiores centros urbanos do Estado, Natal e Mossoró. Tal fenômeno

não representa, em si, um problema, indicando, todavia, cuidados para evitar a sua hipertrofia, bem como a acentuação de vazios demográficos em outras áreas de potencial produtivo existente.

Os indicadores dos níveis de saúde do Estado do Rio Grande do Norte refletem ainda condições insatisfatórias de maneira geral e, mais acentuadamente, na zona rural, notando-se uma concentração de serviços de assistência à saúde na área da Capital apesar ainda das insuficiências verificadas.

No Rio Grande do Norte, a média de leitos disponíveis é de 2,19 por 1.000 habitantes, situando-se a do Nordeste em um nível bastante aproximado.

A taxa de natalidade apresenta-se em torno de 40 por 1.000 habitantes, enquanto a taxa de mortalidade geral situa-se próxima a 13 por 1.000 habitantes. A mortalidade geral é influenciada, significativamente pela mortalidade infantil que, apesar de ter apresentado sensíveis reduções nos últimos anos, encontra-se ao nível ainda elevado de 103 por 1.000 nascidos vivos.

Com o objetivo de melhorar o nível de assistência médica no Estado, especialmente na zona rural, foram adotadas medidas que no período 1974/1978 proporcionaram um incremento de 60% do número de Unidades Hospitalares; 400.

do número de Centros de Saúde e 161% do número de Postos de Saúde.

A capacidade física instalada do Setor Saúde, no Rio Grande do Norte apresenta a seguinte composição atual comparada a 1974:

	<u>1974</u>	<u>1978</u>	<u>Aumento (%)</u>
Hospitais	11	18	63,6
Centros de Saúde	14	70	400,0
Postos de Saúde	57	149	161,4
T O T A L	<u>82</u>	<u>237</u>	<u>189,0</u>

Quanto a leitos hospitalares a ampliação da oferta registrou-se em maior escala, no interior do Estado:

	<u>1974</u>	<u>1978</u>	<u>Aumento (%)</u>
Capital	717	822	14,6
Interior	54	216	300,0
T O T A L	<u>771</u>	<u>1.038</u>	<u>34,6</u>

No período compreendido entre 1974 e 1978, o número de municípios atendidos regularmente por serviços de saúde, a cargo do Estado, passou de 58 para 91, representando um incremento de 57%.

Apesar do esforço de interiorização realizado, ainda registram-se necessidades de ampliação e melhoria dos serviços de saúde, especialmente quanto à distribuição de pessoal, construção e funcionamento regular das unidades de saúde.

O sistema educacional do Estado, na área de atuação específica do Governo Estadual, ou seja o Ensino de 1º e 2º Graus, apresenta os mesmos problemas comuns ao ensino fundamental brasileiro, agravados pelo alto índice de pobreza que caracteriza a região.

Sob este enfoque, numa caracterização sumária, podem ser destacados como principais problemas:

- a) déficit de escolarização, inclusive pela insuficiência de salas de aula (cerca de 1.149) na rede do ensino estadual;
- b) qualificação deficiente do corpo docente (cerca de 40% dos professores não têm habilitação adequada);
- c) inadequação do ensino, em termos de currículos, métodos e calendário escolar, especialmente quanto a formação de mão-de-obra requerida pelo sistema produtivo;
- d) elevado índice de evasão e escassez de

rendimento escolar, notadamente na área rural;

e) falta de instalações e equipamentos necessários ao ensino profissionalizante (2º Grau).

Devem, ainda, ser consideradas as deficiências da estrutura de organização e funcionamento do sistema educacional, especialmente no que se refere ao controle sistêmico e supervisão das atividades didático-pedagógicas, ao nível da administração central e das escolas.

Para atender à demanda do ensino de 1º e 2º graus, o Estado conta com 6.685 salas de aula, das quais cerca de 45% pertencem à rede pública. A matrícula global é de 442.358 alunos, sendo a participação da rede estadual, nesse número, equivalente a 217.964 alunos, dos quais 184.435 correspondentes ao 1º Grau.

MATRÍCULA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS,  
NO RIO GRANDE DO NORTE, POR  
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA  
1975 - 1978

ANOS	M A T R Í C U L A									
	1º GRAU					2º GRAU				
	TOTAL	FEDE RAL	ESTADU AL	MUNICI PAL	PARTI CULAR	TOTAL	FEDE RAL	ESTADU AL	MUNI CIPAL	PARTI CULAR
1975	332.749	1.020	170.388	123.845	37.496	20.229	2.277	11.626	804	5.522
1976	349.300	679	175.034	135.063	38.524	24.617	2.457	14.075	1.267	6.818
1977	374.835	482	179.673	152.646	42.034	28.301	2.272	15.142	1.649	9.238
1978	393.145	241	184.435	165.316	43.153	33.462	2.438	17.778	2.252	10.994

FONTE: USP/SEC

O ensino superior é oferecido pela Universi  
dade Federal do Rio Grande do Norte, com um Campus Central  
na Capital do Estado e Centros Regionais, com sedes nas ci  
dades de Currais Novos, Caicô e Macau; pela Universidade Re  
gional do Rio Grande do Norte, com um Campus Central em Mos  
sorô e dois "campi" avançados nas cidades de Açu e Pau dos  
Ferros e pela Escola Superior de Agricultura em Mossorô.  
A oferta total de vagas para os 53 cursos existentes nas  
três Instituições de Ensino Superior, corresponde a cerca  
de 3.000 para uma demanda anual de 16.000 candidatos.



Atualmente o número total de matrículas, ao nível do ensino superior, eleva-se a 14 mil, com destaque especial para a área de ciências humanas que oferece cerca de 55% dos cursos e detém o maior índice de procura.

O baixo nível de renda familiar do Estado e o fluxo migratório campo-cidade, associados a uma situação de moradia naturalmente crítica, são responsáveis por um quadro habitacional com deficiências quantitativas e qualitativas.

Em 1976, o déficit atingia a 163.111 habitações, sendo 69.817 referentes a famílias sem moradias e 93.294 a domicílios de precária habitabilidade.

Apesar do esforço empreendido nos últimos anos na construção de casas populares, os índices ainda não se apresentam animadores, talvez porque este esforço tenha se concentrado apenas em áreas urbanas.

Enquanto as novas construções não chegaram a diminuir consideravelmente o déficit existente, ocorreu, paralelamente, um crescimento populacional expressivo.

Este quadro exige uma reformulação nos programas habitacionais que oriente os investimentos para a construção de custos mais baixos e de características técnicas compatíveis com o meio ambiente e voltados, também, para a área rural.

## INFRAESTRUTURA

A infraestrutura de transportes no Rio Grande do Norte apresenta deficiências que vão desde sua inadequação física até a falta de complementariedade dos sistemas e a limitada abrangência espacial dos serviços.

O Rio Grande do Norte conta com uma malha rodoviária de 3.867Km, dos quais 1.713 são federais e 2.154 estaduais.

As rodovias federais constituem os principais eixos responsáveis pela integração interna e externa do Estado. Destas, somente 763Km encontram-se pavimentados, (44,5% do total).

O sistema rodoviário a cargo do Estado estrutura-se no sentido de complementar o eixo básico de alçada federal, além de exercer as funções de ligação entre os centros de produção e os núcleos urbanos.

Apesar dos esforços desenvolvidos no último Governo existem, ainda, deficiências nas rodovias estaduais que impossibilitam uma melhor integração interna.

Há dificuldades quanto ao escoamento da produção agrícola e ao acesso às pequenas comunidades, sobretudo em períodos chuvosos.

A rede ferroviária, com três ramais e uma ex

tensão de 472Km, apresenta-se inadequada em seus traçados e obsoleta quanto aos seus equipamentos, dificultando o desempenho satisfatório de suas funções.

O Estado dispõe de dois portos que operam em condições limitadas e dois aerôportos, além de diversos campos de pouso que carecem de serviços de melhoria e ampliação.

Os serviços existentes de energia elétrica figuram, globalmente, como de bom nível. Os problemas que ainda persistem dizem respeito a situações muito específicas, como o da eletrificação rural, sendo, portanto, merecedores de abordagens partilares. Mesmo para condições novas de demanda que vierem a se apresentar, caso, por exemplo, do complexo químico-metalúrgico, as formas de encaminhamento de solução já se encontram definidas.

Também a infraestrutura de telecomunicações situa-se no Estado em níveis satisfatórios. Existem em operação, nos principais centros urbanos, vinte e sete centrais telefônicas, três em Natal, das quais dezenove estão diretamente ligadas ao sistema DDD. Oitenta e um outros municípios estão contemplados com serviços de telefonia, através de postos de serviços para atendimento interurbano, o que indica que, de alguma forma, 40% dos municípios do Estado estão beneficiados pelos serviços telefônicos e ligados

ã rede básica estadual.

A situação do saneamento no Estado é agravada em função da deficiência de recursos hídricos, que no Estado assume características graves, pelo fato de existirem quarenta municípios cujo abastecimento d'água continua na dependência da definição de mananciais.

Existem atualmente 56 sistemas de abastecimento d'água em operação, convencionais e simplificados e outros 20 estão sendo implantados, com conclusão prevista para o 1º semestre de 1979.

No que concerne a esgotos sanitários, a rede existente restringe-se à cidade de Natal, onde beneficiação somente oito mil e oitocentos edificações e cuja estação de tratamento permanece desativada. Foram iniciadas as obras de construção da rede de esgotos de Mossorô.

### ESTRUTURA ESPACIAL

O Estado do Rio Grande do Norte está dividido, espacialmente, em regiões de desenvolvimento que apresentam condições próprias de recursos humanos e naturais e uso do seu espaço econômico e sistemas urbanos de suporte.

Do ponto de vista urbano, existem três sub-sistemas: o polarizado por Natal, que engloba as regiões do Litoral Oriental, Litoral Norte e o Agreste; por Mossorô,

abrangendo as regiões dos Vales Ocidentais e o do Serido, constituído pela região do mesmo nome.

O sub-sistema de Natal, conta com onze dos vinte centros urbanos mais significativos do Estado. Tem como núcleo principal, Natal, capital do Estado, e portanto centro de poder político-administrativo, concentrando ainda um conjunto representativo de outras atividades terciárias. Este centro propaga sua influência a nível de todo o Estado e mais diretamente a dois terços do território potiguar constituindo-se no maior receptor dos fluxos migratórios internos.

Concentra 57,3% da população total do Estado, sendo 31,1% da população urbana e 26,2% da população rural. Por outro lado, sua taxa de crescimento é de 1,4% a.a. e o seu grau de urbanização é de aproximadamente 0,54.

O sub-sistema de Mossoró abriga seis dos vinte principais centros urbanos do Estado. Abrange uma população que representa 18,0% da população estadual, 10,4% de urbana e 7,6% da rural, a nível de Estado. Apresenta uma taxa de crescimento populacional em torno de 2,1% a.a., e um grau de urbanização de 0,58. É parte da estrutura de apoio a nível estadual e, principalmente, ao sub-sistema de Natal.

O seu principal centro é Mossoró, que polari

POPULAÇÃO DOS SISTEMAS EM RELAÇÃO AO ESTADO  
GRAU DE URBANIZAÇÃO E TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO

SISTEMAS, ZONAS	POPULAÇÃO E PERCENTUAL EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL DO ESTADO (1976)						U	% (médio)
	TOTAL	%	URBANA	%	RURAL	%		
ESTADO.....							0,49	1,6
SISTEMA NATAL.....	1.165.500	57,3	633.000	31,1	532.500	26,2	0,54	1,4
Zona do Litoral Oriental.....	730.500	35,9	501.500	24,6	229.000	11,3		
Zona do Litoral Norte.....	145.400	7,1	45.000	2,2	100.400	4,9		
Zona do Agreste.....	252.600	12,4	57.500	2,8	195.100	9,6		
Macau.....	37.000	1,8	29.000	1,4	8.000	0,4		
SISTEMA MOSSORÕ.....	365.800	18,0	210.900	10,4	154.900	7,6	0,58	2,1
Zona Mossoroense.....	365.800	18,0	210.900	10,4	154.900	7,6		
SISTEMA SERIDÕ.....	275.500	13,6	115.100	5,7	161.400	7,9	0,42	1,2
Zona de Currais Novos.....	90.300	4,4	50.800	2,5	39.500	1,9		
Zona de Caicõ.....	108.700	5,3	54.500	2,7	54.200	2,7		
Zona das Serras Centrais.....	77.500	3,8	9.800	0,5	67.700	3,3		

FONTE - IDEC

za o crescimento econômico e social da região e apresenta uma taxa de crescimento populacional superior a 7% a.a.

Os seus centros distribuem-se de maneira descontínua e dispersa, o que leva a uma situação desvantajosa de competição com o sub-sistema de Natal, em termos de economia regional de escala.

Complementando os sub-sistemas de Natal e Mossorô, encontra-se o do Seridô. Sua dinâmica de crescimento está representada pelo eixo Caicô - Currais Novos. Sua população representa 13,6% da do Estado e a população, urbana e rural, corresponde a 5,7% e 7,9%, respectivamente, em relação aos números estaduais. Apresenta ainda, uma taxa de crescimento populacional de 1,2% a.a. e um grau de urbanização de 0,42.

O sistema urbano e regional do Estado e seus sub-sistemas estão inseridos no macro-sistema urbano regional nordestino, que lhe condiciona a evolução, especialmente, os polos de Recife e Fortaleza, que exercem forte influência sobre Natal e Mossorô, respectivamente.

## O SETOR PÚBLICO

A estrutura administrativa do Governo do Estado acha-se constituída por sessenta e quatro órgãos e entidades, dos quais vinte e um são integrantes da Administração

ção direta, vinte e seis da administração indireta, cinco Fundações, quatro Autarquias, uma Empresa Pública e dezes seis Sociedades de Economia Mista, além de quinze ôrgãos co legiados, destinados a supervisionar e a coordenar as ativi dades específicas do Estado. Esta organização resulta da Lei Complementar nº 10, de 30 de abril de 1975, que consolidou cinco Leis Complementares, noventa Leis Ordinárias e setenta e sete Decretos, em vigor àquela data.

A Lei Complementar nº 10, e posteriormente, a Lei Complementar nº 13, de 08 de julho de 1975 e várias Leis Ordinárias e Decretos, criaram, transformaram e regulamenta ram diversos ôrgãos e entidades, instituindo também os Sis temas de Planejamento, de Finanças e de Administração.

### AS FINANÇAS PÚBLICAS

As receitas estaduais, no período 1970/77, apre sentam uma evolução média anual de 19%. As Receitas Corren tes representavam 69,1% e 63,1% de Receita Total, respe cti vamente, nos anos de 1970 e 1977.

As Receitas Tributárias, cuja participação na formação das Receitas Correntes, em 1970, era de 78,1% di minuíram sua importância relativa para 60,2%, em 1977, en quanto que as Transferências Correntes, que tinham uma par ticipação de 14,3% em 1970, elevaram sua contribuição rela tiva para 34,1% em 1977.

A principal fonte de recursos tributários, o



ICM - (parcela do Estado), cresceu de forma irregular e a taxas inferiores (13,1%) às das Receitas Correntes.

Entre 1970 e 1973, o ICM cresceu a taxa média de 18,3%, e no período 1974 a 1977, seu crescimento atingiu 9,4%, compatibilizando-se com o desempenho da economia.

As Transferências Correntes apresentaram acréscimo significativo, em torno de 32,9% ao ano demonstrando, todavia, irregularidade mais acentuada nos anos de 1973 e 1975.

Quanto às Receitas de Capital, embora tenham uma participação menor que as Receitas Correntes na formação da Receita Total, evoluíram a taxa de crescimento médio anual de 22%, que permitiu ampliar a sua participação de 30,9%, em 1970, para 36,9% em 1977, em decorrência do expressivo comportamento das transferências de capital.

O componente mais expressivo das Receitas de Capital é o item Transferências de Capital, que cresceu à taxa de 22%. As transferências de Capital representavam 93,2% e 89,8% das Receitas de Capital, respectivamente, nos anos extremos do período.

As operações de Crédito, embora não representam receita propriamente dita e sim operações financeiras a serem cobertas por arrecadações de exercícios futuros, figuram como componente das Receitas de Capital, pois o Estado as tem utilizado para financiar os seus programas de investimentos.

É substancial e cada vez mais significativo a dependência do Estado à União, pois suas transferências representaram 38,7% em 1970 e passaram a 54,3% em 1977.

No campo das Despesas verificou-se um crescimento anual médio nos últimos sete anos (1970/1977), em torno de 21,8%, superior ao da Receita Total.

Merece destaque a taxa de crescimento médio anual das Despesas de Capital, em torno de 31%, mais de duas vezes superior à taxa de aumento das Despesas de Custeio, (14%).

Dentre as Despesas Correntes as que têm peso mais forte são as relativas ao Custeio, muito embora tenha se constatado uma retração na sua participação entre 1970 e 1977, de 84,5% para 79,5%.

Nas Despesas de Capital merece referência a evolução dos Investimentos em relação ao total das despesas, que passou de 24% em 1970, para 42,7% em 1977.

É importante destacar a posição da capacidade de endividamento do Estado, que está comprometida, em apenas 16,68% do seu limite legal.

QUADRO DA COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS  
SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS

(Cr\$ milhões de 1970)

C A T E G O R I A S	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
1. <u>RECEITAS</u>	<u>66.9</u>	<u>79.2</u>	<u>112.8</u>	<u>129.8</u>	<u>141.9</u>	<u>138.8</u>	<u>208.7</u>	<u>224.8</u>
1.1. <u>RECEITAS CORRENTES</u>	<u>46.2</u>	<u>58.7</u>	<u>78.2</u>	<u>84.5</u>	<u>96.2</u>	<u>103.4</u>	<u>119.5</u>	<u>141.8</u>
1.1.1. Tributária	36.1	40.2	53.1	60.5	66.1	72.1	80.6	85.4
1.1.1.1. ICM (80%)	35.1	39.3	51.3	58.1	63.6	69.3	78.7	83.1
1.1.1.2. Outras	1.0	0.9	1.8	2.4	2.5	2.8	1.9	2.3
1.1.3. Transf. Correntes	6.6	12.7	17.8	19.1	24.6	24.7	33.5	48.3
1.1.4. Outras Receitas	3.5	5.8	7.3	4.9	5.5	6.6	5.4	8.1
1.2. <u>RECEITAS DE CAPITAL</u>	<u>20.7</u>	<u>20.5</u>	<u>34.6</u>	<u>45.3</u>	<u>45.7</u>	<u>35.4</u>	<u>89.2</u>	<u>83.0</u>
1.2.1. Operações de Crédito	1.4	-	5.5	19.1	16.5	11.4	15.6	9.1
1.2.2. Transf. de Capital	19.3	20.5	19.2	26.2	22.8	24.0	73.6	73.9
1.2.3. Outras Receitas	-	-	9.9	-	6.4	-	-	-
2. <u>DESPESAS</u>	<u>71.4</u>	<u>75.9</u>	<u>116.7</u>	<u>123.8</u>	<u>165.4</u>	<u>187.3</u>	<u>212.2</u>	<u>263.6</u>
2.1. <u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>52.3</u>	<u>55.4</u>	<u>85.4</u>	<u>81.1</u>	<u>85.1</u>	<u>116.8</u>	<u>128.1</u>	<u>134.0</u>
2.1.1. Custeio	44.2	47.9	76.7	68.0	73.7	87.6	92.5	106.5
2.1.2. Transferências	8.1	7.5	8.7	13.1	11.4	29.2	35.6	27.5
2.2. <u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	<u>19.1</u>	<u>20.5</u>	<u>31.3</u>	<u>42.7</u>	<u>80.3</u>	<u>70.5</u>	<u>84.1</u>	<u>129.6</u>
2.2.1. Investimentos	17.5	17.8	23.7	35.0	70.7	55.6	54.5	112.6
2.2.2. Inversões Financeiras	0.2	-	0.9	2.4	1.0	-	18.6	0.4
2.2.3. Transf. Capital	1.4	2.7	6.7	5.2	8.6	14.8	11.0	16.6

FONTE: SEPLAN/RN - CPO

QUADRO DA RECEITA E DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INCLUSIVE  
TRANSFERÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

(Cr\$ milhões de 1970)

C A T E G O R I A S	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
<u>1. RECEITA</u>	<u>66.9</u>	<u>79.2</u>	<u>112.8</u>	<u>129.8</u>	<u>141.9</u>	<u>138.8</u>	<u>208.7</u>	<u>224.8</u>
1.1. <u>RECURSOS PRÓPRIOS</u>	39.6	46.0	60.4	65.4	71.6	78.7	86.0	93.5
1.1.1. Tributária	36.1	40.2	53.1	60.5	66.1	72.1	80.6	85.4
1.1.1.1. ICM (80%)	35.1	39.3	51.3	58.1	63.6	69.3	78.7	83.1
1.1.1.2. Outras	1.0	0.9	1.8	2.4	2.5	2.8	1.9	2.3
1.1.2. Outros	3.5	5.8	7.3	4.9	5.5	6.6	5.4	8.1
1.2. <u>RECURSOS DE TRANSFERENC.</u>	<u>25.9</u>	<u>33.2</u>	<u>46.9</u>	<u>45.3</u>	<u>53.8</u>	<u>48.7</u>	<u>107.1</u>	<u>122.2</u>
1.3. <u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	<u>1.4</u>	-	<u>5.5</u>	<u>19.1</u>	<u>16.5</u>	<u>11.4</u>	<u>15.6</u>	<u>9.1</u>
<u>2. DESPESA</u>	<u>71.4</u>	<u>75.9</u>	<u>116.7</u>	<u>123.8</u>	<u>165.4</u>	<u>187.3</u>	<u>212.2</u>	<u>263.6</u>
2.1. <u>DESPESAS CORRENTES</u>	<u>52.3</u>	<u>55.4</u>	<u>85.4</u>	<u>81.1</u>	<u>85.1</u>	<u>116.8</u>	<u>128.1</u>	<u>134.0</u>
2.1.1. Custeio	44.2	47.9	76.7	68.0	73.7	87.6	92.5	106.5
2.1.1.1. Pessoal	35.0	37.9	60.2	50.7	60.1	69.5	76.2	89.2
2.1.1.2. Outros	9.2	10.0	16.5	17.3	13.6	18.1	16.3	17.3
2.1.2. Transf.	8.1	7.5	8.7	13.1	11.4	29.2	35.6	27.5
2.2. <u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	<u>19.1</u>	<u>20.5</u>	<u>31.3</u>	<u>42.7</u>	<u>80.3</u>	<u>70.5</u>	<u>84.1</u>	<u>129.6</u>
2.2.1. Investimentos	17.5	17.8	23.7	35.0	70.7	55.6	54.5	112.6
2.2.2. Inversões Financeiras	0.2	-	0.9	2.4	1.0	-	18.6	0.4
2.2.3. Transf. de Capital	1.4	2.7	6.7	5.2	8.6	14.8	11.0	16.6

FONTE: SEPLAN/RN - CPO

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
DÍVIDA FUNDADA INTERNA  
PERMISSIBILIDADE E UTILIZAÇÃO EM FUNÇÃO DA RESOLUÇÃO 62 DO SENADO FEDERAL

EXERCÍCIO FINANCEIRO	RECEITA	LIMITES PERMITIDOS PELA RESOLUÇÃO			VALORES UTILIZADOS			PERCENTUAL UTILIZADO SOBRE O LIMITE PERMITIDO		
		(1) ENDIVIDAMENTO	(2) ACRÉSCIMO	(3) AMORTIZAÇÃO	ENDIVIDAMENTO	ACRÉSCIMO	AMORTIZAÇÃO	ENDIVIDAMENTO	ACRÉSCIMO	AMORTIZAÇÃO
1973	210.354	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1974	295.244	147.247	59.048	31.353	11.790	2.125	-	8,01%	3,60%	-
1975	514.115	206.670	102.823	44.286	67.876	60.714	4.628	32,84%	59,05%	10,45%
1976	710.959	359.880	142.191	77.117	153.786	107.349	21.440	42,73%	75,50%	27,80%
1977	1.270.634	497.671	254.126	106.643	139.364	41.126	55.548	28,00%	16,18%	52,09%
1978 (4)	2.100.000	889.443	420.000	190.595	148.345	73.581	64.600	16,68%	17,52%	33,88%
1979 (5)	3.000.000	1.470.000	600.000	315.000	-	-	-	-	-	-

FONTE: Secretaria da Fazenda

- (1) Endividamento - 70% da receita do exercício anterior.
- (2) Acréscimo - 20% da receita do exercício
- (3) Amortização - 15% da receita do exercício anterior
- (4) Dados a confirmar
- (5) Previsão

Extraído do Documento:-

"DIRETRIZES GERAIS E SETORIAIS PARA A  
AÇÃO DE GOVERNO 1979-1983" - (volume  
II).

Elaborado p/Governo do Estado do Rio Grande  
do Norte, através da SEPLAN/IDEC-RN.

1980

## CARACTERIZAÇÃO

O Rio Grande do Norte tem-se caracterizado, no decorrer de toda a sua história, como um Estado de vocação eminentemente agrícola.

De uma condição de fornecedor de matérias-primas não elaboradas ou com beneficiamento primário, a economia potiguar conta atualmente com um parque industrial cujos ramos têxtil e de vestuário são os que levam a liderança no peso da produção, com 57% do valor agregado do setor industrial em 1977.

A adequação desse parque têxtil industrial às características das matérias-primas locais, assim como a ampliação ou viabilização de outros ramos industriais, todos dependentes de produtos oriundos do setor agropecuário, tais como o de óleos vegetais, beneficiamento e aproveitamento de couros e peles, de frutas tropicais e de produtos alimentares, são possibilidades que despontam e reforçam a importante posição do setor primário no contexto da economia estadual.

Estreitamente ligada a este aspecto surge a necessidade de geração de empregos produtivos para uma população urbana que cresce ao ritmo anual de 5,7%. E, novamente, o setor rural aparece como alternativa viável para reduzir o movimento migratório rural-urbano, dado que o setor ur

bano-industrial não tem sido capaz de garantir emprego para a mão-de-obra vinda do campo.

Esta alternativa, que não se restringe à redução dos fluxos migratórios, tem implicações positivas, no sentido de contribuir para a promoção de um mercado interno de produtos industriais e, principalmente, para a melhoria das condições de vida da maioria da população rural, atualmente em situação marginal, isto é, "não integrada na sociedade moderna, por não contar com uma estrutura econômica que permita participar ativa e organizadamente no debate dos seus próprios problemas".

Essa população, representada por parceiros, rendeiros, ocupantes e pequenos proprietários, constitui um importante potencial produtivo para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado, sem, entretanto, ser ainda beneficiada com os incentivos governamentais voltados para a produção e comercialização agropecuárias.

Mesmo enfrentando condições desfavoráveis de insuficiência ou falta de acesso à terra, de pagamento de altas taxas de juros em relação ao repasse do crédito não oficial pelos intermediários e de reduzido poder de barganha na venda dos seus produtos, os pequenos produtores são responsáveis por 36% da área cultivada e 45% do valor da produção agropecuária do Estado. Se são considerados os imóveis rurais com área de até 200ha, verifica-se que eles pro





duzem 59,8% do algodão, 75,5% do feijão, 35,8% da cana-de-açúcar, 63,3% da mandioca, 72,5% do milho e 66,6% do coco, além de possuírem 45,6% do rebanho bovino e 56,1 dos ani mais de pequeno porte.

Cabe ressaltar que estes níveis de participação na produção agropecuária ocorrem dentro de um quadro de problemas onde a estrutura fundiária surge como maior res trição.

Neste particular, observando-se a tendência da área e do número de estabelecimentos de 1940 a 1975, cons tata-se uma nítida tendência à transferência de terra dos pequenos e médios para os grandes estabelecimentos. Enquanto, no período, o número de estabelecimentos de 0 - 50 ha cresceu cerca de 30,8%, a sua área total aumentou 100%, o que evidencia o parcelamento de propriedades. Já no estrato de mais de 200ha, o número de estabelecimentos cresceu 10%, ao passo que a área aumentou 68% no mesmo período, revelando uma óbvia concentração de terra.

Além disso, examinando-se a questão da utilização da terra, através da comparação do número de estabelecimentos com o de imóveis, nota-se que o primeiro represen ta quase duas vezes o segundo. Esta situação atesta a importância dos produtores sem terra, representados principalmente pelos parceiros e pequenos arrendatários, formando um contingente significativo de mão-de-obra mal renumerada

e subempregada, que constitui um dos maiores problemas da agricultura estadual, apesar de responsável por cerca de 46% da produção agropecuária do Estado e por 71% da mão-de-obra empregada no setor.

Entre os produtos que contribuem com maior expressividade para a formação da renda interna estadual, destacam-se o algodão arbóreo e herbáceo, cana-de-açúcar, caju, coco e sisal como matérias primas; mandioca, milho, feição e banana como os principais produtos alimentares e os rebanhos bovino, suíno, caprinos e ovino, disseminando-se de modo geral por todo o Estado, com exceção daquelas culturas que exigem condições ecológicas especiais.

Além dos produtos já tradicionalmente explorados, novas atividades estão sendo incorporadas ao processo produtivo (café, fruticultura, horticultura, oleaginosas e piscicultura). Estas atividades, em futuro, podem ocupar posição de destaque na economia estadual.

A agricultura do Rio Grande do Norte assume peculiaridades que merecem ser destacadas tanto do ponto de vista das funções produtoras de alimentos e matérias-primas, geradoras de renda e propiciadoras de emprego para um percentual elevado da população, como do ponto de vista dos problemas que afetam o seu desempenho, sobressaindo-se:

- alta concentração e parcelamento da área dos imóveis rurais, associados no primeiro caso à subutilização da terra, e no segundo, à subutilização da mão-de-obra, com implicações negativas em termos de emprego em atividades agrícolas;

- situação jurídica irregular de muitos imóveis rurais, no sentido de que os produtores que os ocupam não possuem o título de propriedade, já que a sua obtenção é bastante difícil, seja pelos custos da documentação ou pela morosidade no processo de concessão de títulos;

- reduzida participação dos pequenos agricultores e produtores sem terra na sistemática de financiamento face às exigências bancárias para a concessão de empréstimos, associada à generalidade do emprego de crédito não-oficial a altas taxas de juros com a compra da produção "na folha" e a consequente eliminação das opções de venda por parte dos produtores;

- a oferta atual em emprego no meio rural ainda se concentra basicamente em atividades agrícolas, insuficientes para ocupar a mão-de-obra de modo uniforme no decorrer do ano;

- inexistência de uma adequada política de apoio à produção e comercialização de carne e leite e de

produtos hortigranjeiros;

- inadequação das políticas de armazenagem e de preços mínimos, principalmente em relação aos produtos alimentares;

- insuficiência de pesquisas e técnicas que comprovadamente ofereçam maior renda ao agricultor e incorporem as limitações de terra, mão-de-obra e capital ao nível da unidade de produção;

- escassez e irregularidade na distribuição de chuvas, além de um manejo inadequado dos recursos hídricos, implicando na perda total ou parcial da produção agropecuária, notadamente de produtos alimentares, e no deslocamento de grandes contingentes populacionais em busca de emprego, particularmente os constituídos pelos trabalhadores sem terra (arrendatários, parceiros, moradores e ocupantes)) e pequenos proprietários;

- inadequada organização do setor público agrícola, acarretando falta de complementariedade, desperdícios de recursos e procedimentos distanciados das finalidades a que se propõe;

- oferta inadequada de insumos agropecuários, principalmente sementes, quanto à oportunidade, custo, suficiência e qualidade;

A ocorrência simultânea dessas restrições em quase todas as regiões de produção do Estado acentua as limitações de solo e clima expressadas nos baixos níveis de produtividade alcançados pela agropecuária norterio-grandense.

### DIRETRIZES

*até aqui*

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte ao definir, em consonância com o Governo Federal, o setor agropecuário como prioritário na estratégia de desenvolvimento econômico e social tomou por base a realidade rural do Estado e o seu potencial.

Assim sendo, serão implementadas medidas que visem atingir, primordialmente, os contingentes de produtores que até agora têm sido os menos beneficiados pelas ações de governo (parceiros, posseiros, pequenos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários), com especial ênfase na oferta de empregos e na produção de alimentos.

Coerente com estes pressupostos o Governo do Estado adotará as seguintes diretrizes:

- Implementação de ações integradas de desen

CARACTERIZAÇÃO

O setor industrial do Rio Grande do Norte re  
vela não possuir dinamismo próprio.

Ao fim dos anos cinquenta, existia uma agroin  
dústria de beneficiamento de sementes, fibras e de extração  
vegetal e mineral, caracterizando-se como uma atividade in  
dustrial tradicional, porquanto dependia fortemente do desem  
penho da produção agrícola, ao lado de estar apoiada numa  
tecnologia simples e obsoleta. Como consequência, o valor  
da sua produção sempre acompanhou a evolução dos preços dos  
produtos agrícolas que, por sua vez, estavam vinculados ao  
sucesso ou à frustração das safras. Por isso, o setor indus  
trial vinculado à produção agrícola, utilizando tecnologia  
rotineira e dependente no plano interno de um mercado inci  
piente e atrelado as incertezas do mercado internacional, não  
poderia crescer a taxas elevadas e criar poupança para ex  
pandir-se e diversificar-se.

Igualmente, os demais setores econômicos do  
Estado, pelas suas características de atraso, jamais pode  
riam criar excedente para financiar uma atividade indus  
trial de qualquer nível.

Por outro lado, existia também uma inci  
ente indústria química de produtos finais, como prolongamento  
de atividades comerciais.

Nos anos sessenta, a industrialização do Nordeste passou a refletir a ação da SUDENE. O Estado logrou participação de 4,7% nos investimentos aprovados em seus dez primeiros anos de existência. Desse percentual, grande parcela destinou-se à modernização do parque salineiro estadual, que, nas condições então prevalentes, pouco beneficiou a economia estadual como um todo.

Na presente década, entre 1970 e 1973, a indústria de transformação apresentou uma taxa de crescimento médio de 30%, baixando para 14% entre 1974 e 1976 e, em 1977, voltou a elevar-se, chegando aos 22%.

A constituição do setor industrial do Estado não sofreu muitas modificações nos últimos anos, ocorrendo, apenas, o surgimento ou a consolidação de unidades industriais consideradas tradicionais.

A atividade extrativa mineral declinou em favor da indústria de transformação, fato demonstrado pela sua participação no valor agregado total que, em 1970, representava 33% e em 1977 caiu para 18%. Esta perda relativa é explicada pelo fato de o setor mineral apresentar, apenas, dois produtos mais significativos: o sal e a scheelita, exportados para o mercado interno e externo, em condições de insegurança, pois, dependem das flutuações de preços e de demanda e pela maior diversificação, nos últimos anos, da indústria de transformação.

No entanto, as potencialidades naturais do Estado demonstram que é necessário investir, prioritariamente, na diversificação e modernização da atividade extrativa mineral, em virtude dos recursos inexplorados ou só parcialmente explorados.

Quanto à indústria de transformação, a ação já desenvolvida viabiliza a consolidação de uma estrutura industrial existente e abre perspectivas para novos empreendimentos.

Com a implantação do Parque Textil Integrado, a partir de 1973, novas empresas se instalaram, apresentando hoje, cinco projetos implantados, nove em fase de ampliação, cinco em implantação e mais seis novos projetos a serem incorporados ao programa.

Merece destaque a importância assumida pelo ramo de minerais não metálicos que, em 1970, apresentava 4% do valor agregado total e, em 1977, passou para 10%. O crescente processo de urbanização e a expansão da construção civil provocaram o aumento da demanda de produtos minerais não metálicos, com destaque especial para o cimento e produtos cerâmicos.

O setor de produtos alimentícios, que teve um ritmo de expansão significativo e os ramos têxtil e de confecções representaram 77% da produção da indústria de



transformação, em 1977.

A industrialização de produtos agropecuários ainda é bastante limitada e deverá ser orientada paralelamente, a uma programação que vise à expansão da produção agrícola.

A evolução do setor industrial do Rio Grande do Norte também pode ser analisada por alguns indicadores específicos. Assim, o consumo de energia elétrica registrou aumento de 428%, entre 1970 e 1977. Quanto ao ICM, o setor industrial responsabilizou-se por uma arrecadação de 42% sobre o total, no período de 1975 a 1977.

Em termos de ocupação de mão-de-obra, o setor industrial vem apresentando taxas crescentes. Em 1977, os ramos mineral, construção civil e confecções foram os que mais absorveram mão de obra, com participação de 14%, 19% e 23%, respectivamente.

A realidade do setor industrial do Rio Grande do Norte sugere, pois, a adoção de medidas voltadas para o aumento da produtividade, a expansão das atividades econômicas tradicionais e a identificação e exploração de novas oportunidades que permitam utilizar, racionalmente, a base dos recursos naturais, atender às soliticações de mercado e gerar melhores condições de renda e emprego para a população estadual.

### CARACTERIZAÇÃO

O Rio Grande do Norte assume uma posição destacada na produção mineral da região, constituindo-se no terceiro maior arrecadador de IUM do Nordeste, após a Bahia e Sergipe, produtores de petróleo no continente.

O sal marinho e a scheelita são os principais componentes da produção mineral, cujo valor alcançou US\$ 68,4 milhões, em 1976, equivalente a 30% do total do País.

O Rio Grande do Norte dispõe de um razoável acervo de estudos geológicos e está totalmente recoberto por mapas geológicos, em escalas menores de 1:1.000.000 e 1:500.000. O mapa geológico, na escala 1:1.000.000, cobre totalmente o Estado oferecendo uma visão regional atualizada e individualizando suas principais províncias minerais. Na escala 1:500.000, o Estado dispõe do Inventário Hidrogeológico do Nordeste do Brasil, que é voltado para a avaliação dos recursos hídricos subterrâneos. Em escala 1:250.000, apenas parte da Bacia Potiguar não foi recoberta, o sendo na escala 1:50.000 pela PETROBRÁS.

Existem também diversos levantamentos geológicos de detalhe, em escalas 1:5.000, 1:2.000, 1:1.000 e 1.500, executados por entidades governamentais e privadas, sobretudo em depósitos de scheelita.

No âmbito dos levantamentos geoquímico e aluvionar, de caráter regional, cerca de 40% do território estadual foram objeto de trabalhos de reconhecimento, decorrentes dos Projetos Leste da Paraíba e Rio Grando do Norte e Rio Jaguaribe.

Com relação aos levantamentos geofísicos, o Estado possui partes de seu território recobertos por dois tipos: aerogamaespectrométrico e magnetométrico, em sua região central, denominado Projeto Aerogeofísico Seridó, e outro, composto por dois levantamentos por radiometria autoportada nas regiões externas, a leste e a oeste do território, denominados, respectivamente, de Projeto Campina Grande e Projeto Orós.

Os recursos minerais do Estado foram cadastrados, inicialmente, pela SUDENE (scheelita e pegmatitos), posteriormente pelo DNPM (scheelita) e, recentemente, pelo Governo do Estado que reuniu esses dados e completou o cadastro com a inclusão das demais substâncias existentes no subsolo estadual.

Quanto à sondagem, a maior parte delas foi realizada visando à captação de água subterrânea, através do DNOCS, CONESP, CPRM, CASOL e CDM/RN. Somente a CPRM, no decorrer dos últimos anos, executou para o Governo Estadual e entidades particulares cerca de vinte e cinco poços profundos, na Bacia Potiguar. Ao longo desse período, certo progresso tem se verificado também com relação a son

dagem para minérios, com destaque para sondagens do tipo a diamante, em minério de tungstênio (scheelita), realizadas para o DNPM e empresas de mineração que atuam na região e ainda, para minério de urânio sob o controle da CNE e NUCLEBRÁS.

Dentre as substâncias carentes no País, existem potencialidades ou possibilidades de expansão das reservas do Rio Grande do Norte para bismuto, molibdênio, ouro, principalmente na área do Seridó; de chumbo e outros metais básicos na Bacia do Apodi; e de cobre, níquel e cobalto nas rochas márficas/ultramáficas.

Dentre os minerais que possuem reservas atuais ou potenciais no Estado, figuram barita, calcário, cristal de rocha, dolomita, estanho, feldspato, gemas, gipsita, mármore, quartzo e tungstênio. Destes, apenas o tungstênio e as gemas (água marinha, turmalina, granada, diversas variedades de quartzo, etc), são atualmente exportados; entretanto, acredita-se na possibilidade de um mercado atraente para mármore, talvez quartzo, feldspato e granito polido.

Dentre as substâncias atuais e potenciais que se destinam ao mercado interno, devem ser consideradas:

- a scheelita, dentro de uma visão de promover uma metalurgia para tungstênio no Estado;

- a barita e a ilmenita, dentro de uma polí

tica de produção de insumos para a indústria de pigmentos (a barita pode ser considerada também em termos da produção de lama para perfuração);

- os minerais de pegmatito, com vistas a ampliar e diversificar a produção dos minerais úteis;

- calcário/dolomito, visando a diversificar o seu uso;

- diatomito, visando a diversificar e a deseenvolver técnicas para produção de manufaturados, e

- as argilas (incluindo o caulim) e refratários, dentro de um enfoque dos aspectos tecnológicos e adequação do uso.

Entre os recursos abundantes no Estado devem ser considerados areia, argilas, materiais de construção de modo geral; e água subterrânea para abastecimento de núcleos habitacionais e empreendimentos industriais e agropecuários.

Uma análise global de todos os itens precedentemente considerados indica a tradição mineira do Rio Grande do Norte e a grande potencialidade do seu subsolo; conquanto uma boa soma de recursos já tenha sido aplicada na pesquisa dos bens minerais e no fomento à indústria mineira do Estado, há ainda muito a investigar para que se atinga a plenitude do aproveitamento dos seus re-ursos minerais.

CARACTERIZAÇÃO

O turismo no Rio Grande do Norte, apesar de seu caráter espontâneo, apresenta um potencial de desenvolvimento razoável, destacando-se os seguintes fatores favoráveis:

- beleza das paisagens: praias, dunas, lagoas;
- amenidade do clima: sêco, pouco chuvoso, saudável;
- existência de atrativos turísticos suplementares: folclore, monumentos históricos, artesanato, salinas, Centro Espacial, Centro de Biologia Marinha;
- população acolhedora;
- aeroporto adequado a vôos charter;
- ponto do país mais próximo do continente europeu;
- estradas federais para Natal pavimentadas;
- localização no caminho dos roteiros rodoviários sul-nordeste;
- existência de numerosos locais (praias e lagoas) adaptáveis à implantação de polos turísticos

- ticos e livres de especulação imobiliária (propriedade do Estado ou dos Municípios);
- possibilidade de desenvolvimento da pesca submarina e de alto mar;
  - existência de água potável de ótima qualidade e de minas de água mineral; e
  - existência de capacidade hoteleira localizada próxima a recursos naturais de interesse turístico.

Mesmo com esse potencial, algumas limitações impedem o desenvolvimento da atividade turística, especialmente:

- o condicionamento ao fluxo de turismo regional: o Rio Grande do Norte não apresenta atrativos turísticos substancialmente superiores aos Estados nordestinos, em função de condições semelhantes em termos de clima, cultura e tradição, artesanato e infraestrutura específica, entre outras;
- a inadequação de equipamentos e serviços turísticos que possibilitem a exploração dos ambientes e valores típicos das regiões do Estado.

CARACTERIZAÇÃO

A infra-estrutura energética instalada tem propiciado um nível de atendimento bastante satisfatório, principalmente se comparado com os outros serviços básicos de responsabilidade do Estado.

O atendimento aos setores urbanos é, em termos globais, considerado bom; todavia, o atendimento ao meio rural é ainda incipiente, não favorecendo o maior aproveitamento das potencialidades agrícolas e minerais do Estado.

Todas as sedes municipais, a exceção de Galinhos, estão ligadas à rede de transmissão do Sistema Hidroelétrico de Paulo Afonso.

O consumo industrial é, percentualmente, o mais significativo, e concentrado nos principais centros urbanos do Estado: Natal, Mossoró, Caicó e Currais Novos.



CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CATEGORIA DE CONSUMIDOR

1 9 7 8

CLASSE DE CONSUMO	CONSUMO (Kwh)	PARTICIPAÇÃO % NO TOTAL
1 - INDUSTRIAL.....	168.385.120	39,1
2 - RESIDENCIAL.....	101.516.928	23,6
3 - COMERCIAL, SERVIÇOS, OUTRAS ATIVIDADES	59.718.380	13,9
4 - RURAL.....	4.622.578	1,1
5 - PODERES PÚBLICOS.....	33.076.160	7,7
6 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	34.370.707	8,0
7 - EMPRESAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	23.131.258	5,4
8 - CONSUMO PRÓPRIO.....	1.436.060	0,3
SUB - TOTAL.....	426.257.191	99,1
9 - FORNECIMENTO À SAELPA*.....	3.957.961	0,9
TOTAL.....	430.215.152	100,0

(\*) SAELPA = Sociedade Anônima de Eletrificação do Estado da Paraíba

CARACTERIZAÇÃO

O Rio Grande do Norte conta com uma malha rodoviária de 3.867Km, dos quais, 1.713 são federais e 2.154 estaduais.

As rodovias federais constituem os principais eixos responsáveis pela integração interna e externa do Estado. Destas, somente 763Km encontram-se pavimentadas o que corresponde a apenas, 44,5% do total.

O sistema rodoviário a cargo do Estado estrutura-se no sentido de complementar o eixo básico da alçada federal, além de exercer as funções de ligação entre os centros de produção e os núcleos urbanos.

Apesar dos esforços desenvolvidos no último Governo existem, ainda, deficiências nas rodovias estaduais que impossibilitam uma melhor integração interna.

Há dificuldades quanto ao escoamento de produção agrícola e ao acesso às pequenas comunidades, sobretudo, em períodos chuvosos.

A rede ferroviária, com três ramais e uma extensão de 472 km, apresenta-se inadequada em seus traçados e obsoleta quanto aos seus equipamentos, dificultando o desempenho satisfatório de suas funções.

O Rio Grande do Norte dispõe de dois portos

que operam em condições limitadas. O de Natal, por reduzido calado e o Porto Ilha, perto de Areia Branca, pela especialização no embarque do sal.

Apenas dois aeroportos (Natal e Mossorô) tem pistas asfaltadas. Diversos campos de pouso no interior do Estado apresentam necessidades de melhoria e ampliação.

#### DIRETRIZES

- Complementação da malha rodoviária estadual <sup>até aqui</sup> de modo a permitir a integração entre os centros regionais e sub-regionais;

- Expansão da rede de estradas vicinais, alimentadoras e rurais, ligando as áreas de produção agropecuária às rodovias estaduais e federais;

- Manutenção de estradas e construção de obras d'arte nas rodovias estaduais e municipais, em cooperação com as Prefeituras, de forma a garantir o escoamento de tráfego durante todo o ano;

- Desenvolvimento das ações e esforços de cooperação junto a órgãos e entidades da União de forma a completar os eixos rodoviários básicos e integrar os transportes marítimos e ferroviários à rede rodoviária em operação e às conveniências do desenvolvimento estadual;

CARACTERIZAÇÃO

O Estado do Rio Grande do Norte integrou-se ao Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, a partir de 1972 e até 1978, foram implantados 43 novos sistemas que somados aos existentes, são hoje 56 cidades abastecidas. Novos sistemas estão sendo implantados em 20 diferentes cidades, cuja conclusão está prevista para o 1º semestre de 1979.

Simultaneamente, desenvolveu-se um programa de recuperação e melhoria dos sistemas já existentes, de forma a elevar o nível dos serviços, além de um programa de ligações a baixo custo para beneficiar as famílias de baixa renda.

Por outro lado, está sendo executado um programa de atendimento a pequenas comunidades, que atinge, inicialmente as cidades de Almino Afonso, Itaú, Francisco Dantas, Rodolfo Fernandes e Pilões.

Face as profundas implicações sociais, o problema do abastecimento d'água tem sido aquele que maiores preocupações tem gerado ao Governo do Estado, principalmente, pela deficiência dos recursos hídricos, pela mobilização de elevados investimentos, e complexas soluções técnicas.

Quanto a esgotos sanitários, as ações se limitam a pequenas ampliações no sistema de Natal e ao início de implantação da rede de esgotos de Mossoró.

### CARACTERIZAÇÃO

Os indicadores dos níveis de saúde no Estado do Rio Grande do Norte refletem ainda condições insatisfatórias de maneira geral e, mais acentuadamente, na zona rural, notando-se uma concentração de serviços de saúde na área da Capital apesar de apresentar ainda insuficiências.

No Rio Grande do Norte, a média de leitos disponíveis é de 2,19 por 1.000 habitantes, situando-se a do Nordeste em um nível bastante aproximado.

A taxa de natalidade apresenta-se em torno de 40 por 1.000 habitantes, enquanto a taxa de mortalidade geral situa-se em 13 por 1.000 habitantes. A mortalidade geral é influenciada, significativamente, pela mortalidade infantil que, apesar de ter apresentado sensíveis reduções nos últimos anos, encontra-se ao nível, ainda elevado, de 103 por 1.000 nascidos vivos.

Com o objetivo de melhorar o nível de assistência médica no Estado, especialmente na zona rural, foram adotadas medidas que, no período 1974/1978, proporcionaram aumento de 63% no número de Unidades Hospitalares; 400% no número de Centros de Saúde e 161% no número de Postos de Saúde.

A capacidade física instalada no Setor Saúde no Rio Grande do Norte, apresenta a seguinte composição

atual, comparada a 1974:

	<u>1974</u>	<u>1978</u>
Hospital	11	18
Centros de Saúde	14	70
Posto de Saúde	<u>57</u>	<u>149</u>
T O T A L	82	237

No que se refere aos leitos hospitalares, a ampliação da oferta registrou-se, em maior escala, no interior do Estado.

	<u>1974</u>	<u>1978</u>
Capital	717	822
Interior	<u>54</u>	<u>216</u>
T O T A L	771	1.038

No período compreendido entre 1974 e 1978, o número de municípios atendidos regularmente por serviços de saúde, a cargo do Estado, passou de 58 para 91, cobrindo 61% dos municípios estaduais.

Apesar do esforço de interiorização realizado, ainda registram-se necessidades de ampliação e melhoria dos serviços de saúde, especialmente, quanto a distribuição de pessoal, construção e funcionamento regular das unidades de saúde.

## CARACTERIZAÇÃO

O baixo nível da renda familiar no Estado e o fluxo migratório campo-cidade, associados a uma situação de moradia naturalmente crítica, são responsáveis por um quadro habitacional com deficiências quantitativas e qualitativas.

Em 1976, o déficit atingia a 163.111 habitações, sendo 69.817 referentes a famílias sem moradias e 93.294 a domicílios de precária habitabilidade.

Apesar do esforço empreendido nos últimos anos na construção de casas populares, os índices ainda não se apresentam animadores, talvez porque este esforço tenha se concentrado apenas em áreas urbanas.

Enquanto as novas construções não chegaram a diminuir consideravelmente o déficit existente, ocorreu, paralelamente, um aumento populacional expressivo.

Este quadro exige uma reformulação nos programas habitacionais, que orientem os investimentos para a construção de custos mais baixos e de características técnicas compatíveis com o meio ambiente e voltados, também, para a área rural.

CONCLUSÃO

O Programa Estadual de Habitação Popular

CARACTERIZAÇÃO

Com características de uma área eminentemente pobre e subdesenvolvida, o Estado apresenta uma grande concentração de renda e de riqueza em termos demográficos, setoriais e espaciais.

O primeiro aspecto é visto através do pequeno percentual de famílias com níveis salariais mais elevados, enquanto a grande maioria da população está localizada em níveis abaixo do salário mínimo regional. Com isto, estrutura-se uma sociedade com dois extremos: uma pequena parcela com renda elevada e emprego estável e a pobreza absoluta para a grande maioria da população.

A segunda característica é a existência de uma parcela expressiva da população, vivendo da exploração agrícola, com baixos níveis de produção e produtividade, contribuindo para uma pequena capacidade aquisitiva e de consumo.

Outra constatação é evidenciada na concentração de renda e serviços nos principais centros urbanos do Estado (Natal, Mossoró, Caicó, Currais Novos).

As Projeções efetuadas sobre a estrutura de emprego no Rio Grande do Norte no período 1970-1980, mostram um aumento relativo de desempregados que passa de 25% em 1970 para 29% em 1980, decrescendo o número de empregados.



dos de 23% para 22%, respectivamente.

Tal fato indica que o crescimento econômico do Estado vem sendo incapaz de incorporar a mão de obra disponível, ou mesmo de manter as taxas de ocupação registradas em períodos anteriores, quando os padrões de desenvolvimento eram mais baixos.

Outro fato que merece destaque é que mais da metade da população economicamente ativa (PEA) empregada na indústria percebe menos de um salário mínimo. Nos setores do comércio e serviços a situação dos empregados apresenta também níveis de remuneração bastante inferiores ao salário mínimo regional.

A cidade do Natal, maior centro urbano, apresenta características que não diferem da situação global do Estado. Somente 29% das suas famílias detêm um salário médio superior a três salários mínimos regionais. Isto quer dizer que 70% das famílias são pobres e cujo rendimento per capita anual é um dos mais baixos do País. Os níveis de emprego não têm acompanhado o crescimento da população. Em 1960, por exemplo, 28% de sua população estavam incorporados ao processo produtivo, enquanto que, em 1970, essa participação, diminuiu para 18%.

#### DIRETRIZES

- Incentivo ao associativismo formal e informa

CARACTERIZAÇÃO

O sistema educacional do Estado, na área de atuação específica do Governo Estadual, ou seja o Ensino de 1º e 2º Graus, apresenta os mesmos problemas comuns ao ensino fundamental brasileiro, agravados pelo alto índice de pobreza que caracteriza a região.

Sob esse enfoque, numa caracterização sumária, podem ser destacados como principais problemas:

- déficit de escolarização, inclusive pela insuficiência de salas de aula (cerca de 1.149) na rede do ensino estadual;
- qualificação deficiente do corpo docente (cerca de 40% dos professores não têm habilitação adequada);
- inadequação do ensino, em termos de currículos, métodos e calendário escolar, especialmente quanto a formação de mão-de-obra requerida pelo sistema produtivo;
- elevado índice de evasão e escassez de rendimento escolar, notadamente na área rural; e
- falta de instalações e equipamentos necessários ao ensino profissionalizante (2º

Grau).

Devem, ainda, ser consideradas, as deficiências da estrutura de organização e funcionamento do sistema educacional, especialmente no que se refere ao controle sistemático e supervisão das atividades didático-pedagógicas, ao nível da administração central e das escolas.

Para atender à demanda do ensino de 1º e 2º graus, o Estado conta com 6.685 salas de aula, das quais cerca de 45% pertencem à rede pública. A matrícula global é de 442.358 alunos, sendo a participação da rede estadual, nesse número, equivalente a 217.964 alunos, dos quais 184.435 correspondentes ao 1º Grau.

MATRÍCULA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS, NO RIO GRANDE

DO NORTE, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

1975 - 1978

ANOS	M A T R Í C U L A									
	1º GRAU					2º GRAU				
	TOTAL	FEDE RAL	ESTADU AL	MUNICI PAL	PARTI CULAR	TOTAL	FEDE RAL	ESTADU AL	MUNICI PAL	PARTI CULAR
1975	332.749	1.020	170.388	123.845	37.496	20.229	2.277	11.626	804	5.522
1976	349.300	679	175.034	135.063	38.524	24.617	2.457	14.075	1.267	6.818
1977	374.835	482	179.673	152.646	42.034	28.301	2.272	15.142	1.649	9.238
1978	393.145	241	184.435	165.316	43.153	33.462	2.438	17.778	2.252	10.994

FONTE: USP/SEC.

O ensino superior é oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com um Campus Central na Capital do Estado e Centros Regionais, com sedes nas cidades de Currais Novos, Caicô, e Macau; pela Universidade Regional do Rio Grande do Norte, com um Campus Central em Mossorô e dois "Campi" avançados nas cidades de Açu e Pau dos Ferros e pela Escola Superior de Agricultura em Mossorô. A oferta total de vagas para os 53 cursos existentes nas três Instituições de Ensino Superior corresponde a cerca de 3.000, para uma demanda anual de 16.000 candidatos.

Atualmente, o número total de matrículas no ensino superior eleva-se a 14 mil, com destaque especial para a área de ciências humanas que oferece cerca de 55% dos cursos e detém o maior índice de procura.

#### DIRETRIZES

- Expansão da oferta de ensino de modo a:

*até aqui.*

- assegurar oportunidades de acesso à rede oficial de ensino para a população na faixa de 07 a 14 anos;
- ampliar e utilizar racionalmente a capacidade física instalada para atender às necessidades do ensino de 1º e 2º graus;
- estimular o atendimento ao nível da educação

A N E X O S ao documento  
original.

(Tabelas obtidas a partir de dados  
secundários, elaboradas pelo S.de  
Planejamento da DEMEC/RN).

I - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR (\*)

1º - UNIDADES ESCOLARES

TOTAL	RURAL	URBANO	E S T A D U A L			M U N I C I P A L			P A R T I C U L A R		
			TOTAL	RURAL	URBANO	TOTAL	RURAL	URBANO	TOTAL	RURAL	URBANO
196	02	194	22	-	22	45	01	44	127	01	126

2º - CORPO DOCENTE

T O T A L	D E P E N D Ê N C I A			G R A U D E F O R M A Ç Ã O			S U P E R I O R
	E S T A D U A L	M U N I C I P A L	P A R T I C U L A R	1º GRAU	2º GRAU		
					MAGISTÉRIO	OUTRO	
608	64	109	423	121	341	74	72

3º - MATRÍCULA

MATRÍCULA	TOTAL	DEPENDÊNCIA			IDADE					
		ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR	02 ANOS	03 ANOS	04 ANOS	05 ANOS	06 ANOS	MAIS DE 06
INICIAL	14.496	1.595	2.889	9.752	529	2.037	4.076	4.955	2.600	299
FINAL	12.705	1.315	1.695	9.498	384	1.260	2.833	4.101	3.321	800

(\*) Dados do Anuário Estatístico do R.G.Norte - 1978 - SEPLAN/IDEC-RN

II - ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

A - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (\*)

1 - PRÉDIOS (NÚMERO, PROPRIEDADE E LOCALIZAÇÃO)

TOTAL	RURAL	URBANA	FEDERAL			ESTADUAL			MUNICIPAL			PARTICULAR		
			TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA
4.186	3.418	768	22	09	13	668	356	312	1.661	1.446	215	1.835	1.607	228

2 - MATRÍCULA

MATRÍCULA	GRAU	TOTAL			FEDERAL			ESTADUAL			MUNICIPAL			PARTICULAR		
		TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA
INICIAL	1º	384.611	140.985	243.626	705	-	705	178.954	40.671	138.283	158.918	99.682	59.236	46.034	632	45.402
	2º	31.918	440	31.478	2.583	216	2.367	15.964	224	15.740	1.969	-	1.969	11.402	-	11.402
FINAL	1º	312.879	112.073	200.806	382	86	296	157.751	37.805	119.946	117.497	73.916	43.581	37.249	266	36.983
	2º	21.154	230	20.924	930	230	700	12.473	-	12.473	1.163	-	1.163	6.533	-	6.533



3 - APROVAÇÕES

GRAU	TOTAL	S E X O		LOCALIZAÇÃO		D E P E N D Ê N C I A			
		FEMIN.	MASC.	RURAL	URBANA	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
1º	226.367	123.407	102.960	70.797	155.578	285	115.892	77.880	32.310
2º	19.788	11.914	7.874	233	19.555	930	11.393	1.093	6.372

(\*) Dados do Anuário Estatístico do R.G.Norte - 1978 - SEPLAN/IDEC-RN

4. ESTABELECIMENTOS ESCOLARES

ESTABELECIMENTOS	TOTAL	RURAL	URBANA
De 1º Grau	4.451	3.659	792
De 2º Grau	13	01	12
De 1º e 2º Graus	71	01	70
TOTAL GERAL	4.535	3.661	874

- Por Dependência e Localização

ESTABELECIMENTOS	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR	
	TOTAL	RURAL	TOTAL	RURAL	TOTAL	RURAL	TOTAL	RURAL
De 1º Grau	02	-	1.244	880	3.068	2.774	137	05
De 2º Grau	02	01	05	-	02	-	04	-
De 1º e 2º Graus	-	-	24	-	12	-	35	-

5. SALAS DE AULA

- Dependência e Localização

TOTAL	RURAL	URBANA	FEDERAL			ESTADUAL			MUNICIPAL			PARTICULAR		
			TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA
7.398	3.756	3.642	56	07	49	3.040	1.053	1.987	3.488	2.687	881	814	09	805

6. CORPO DOCENTE

TOTAL	RURAL	URBANA	FEDERAL			ESTADUAL			MUNICIPAL			PARTICULAR		
			TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA	TOTAL	RURAL	URBANA
15.528	5.189	10.339	183	18	165	6.993	1.364	5.629	6.014	3.772	2.242	2.338	35	2.303

B - A CIDADE DO NATAL - (Dados do Censo Escolar de 1977 - USP/SEC-RN)

1. MATRÍCULAS:

- Estadual	55.917	. Primário	24.080
		. Ginásio	21.494
		. 2º Grau	10.343
- Municipal	13.008	. Primário	8.939
		. Ginásio	4.069
		. 2º Grau	-
- Particular	29.201	. Primário	13.808
		. Ginásio	8.625
		. 2º Grau	6.768
- Federal	2.367	. 2º Grau	

TOTAL: 1º Grau : 81.015  
 2º Grau : 19.478  
 100.493

2. PRÉDIOS:

- Zona Urbana :	172	
- Zona Rural :	<u>01</u>	173

3. ESTABELECIMENTOS:

- Zona Urbana :	182	
- Zona Rural :	<u>01</u>	183

4. SALAS DE AULA:

- Zona Urbana :	1.190	
- Zona Rural :	<u>01</u>	1.191

5. PROFESSORES:

- Zona Urbana :	3.590	
- Zona Rural :	<u>01</u>	3.591

6. POPULAÇÃO:

6.1 - De 0 a 14 anos :	28,6%	=	112.842
15 anos e mais :	<u>71,4</u>	=	<u>281.710</u>
	100,0%	=	394.552
6.2 - URBANA :	98,1%	=	110.711
RURAL :	1,9%	=	<u>2.131</u>
			112.842
6.3 - Masculino :	49,8	=	56.201
Feminino :	50,2	=	<u>56.641</u>
			112.842

6.4 - Nascidos em Natal :	76,8	=	86.647
Não nascidos em Natal :	<u>23,2</u>	=	<u>26.195</u>
	100%		112.842

6.5 - De 04 a 14 anos :	23,5	- pré-escolar
	76,2	- 1º grau
	<u>0,3</u>	- 2º grau
	100 %	

6.6 - De 04 a 14 anos : Não frequentam a escola segundo a condição de escolaridade.

91,3	sem escolaridade
1,8	pré-escolar
<u>6,9</u>	1º grau
100 %	

6.7 - População escolarizada:

- Estadual :	27.236	59,4
- Municipal :	6.218	13,6
- Particular:	12.375	26,9
- Federal :	<u>42</u>	<u>0,1</u>
	45.873	100,0

6.8 - Resumo: - Escolarizada:	46.403	46,0%
- Não Escolariz.:	8.758	14,2%
- Escolarizada:		
. na faixa :	31,4	
. fora :	<u>68,6</u>	
	100,0	

6.9 - Causas de não frequência à escola:

- desinteresse da família;
- falta de vagas;
- exigências da escola;
- problemas de saúde;
- fora de faixa;
- escola distante.

III - ENSINO DE 3º GRAU

1. VESTIBULAR 1980.

Entidade	Vagas Oferecidas	Número de Inscritos	Aprovados	Vagas Restantes
UFRN	2.010	14.620	2.010	-
ESAM	100	573	100	-
FURN	905	2.995	905	-
Totais:	3.015	18.188	3.015	-

Fonte: "Pesquisa Vestibular /80"-SESU-MEC

2. ALUNOS MATRICULADOS E CONCLUINTES -1978

Entidade	Matriculados	Concluintes
UFRN	9.678	1.209
ESAM	3.148	444
FURN	437	72
Totais:	13.263	1.725

Fonte: "Anuário Estatístico do RGN-1978"  
SEPLAN/IDEC-RN

3. CORPO DOCENTE (Instituição, grau de formação e título)

Entidade (Inst.)	Grau Formação	Título (em 30.04)				
		Titular	Adjunto	Assist.	Colabor.	Au. Ensino
UFRN	Graduaç.	41	70	31	448	160
	Especia.	29	98	130	106	85
	Mestrado	6	16	49	62	10
	Doutora.	8	14	5	9	-
ESAM	Graduaç.	-	-	1	8	13
	Especia.	-	-	1	-	-
	Mestrado	-	7	16	-	3
	Doutora.	-	2	1	-	-
FURN	Graduaç.	10	-	74	-	133
Totais: Ger.	1.646	94	207	308	633	404

Fonte: "Anuário Estatístico do RGN-1978"  
SEPLAN/IDEC - RN

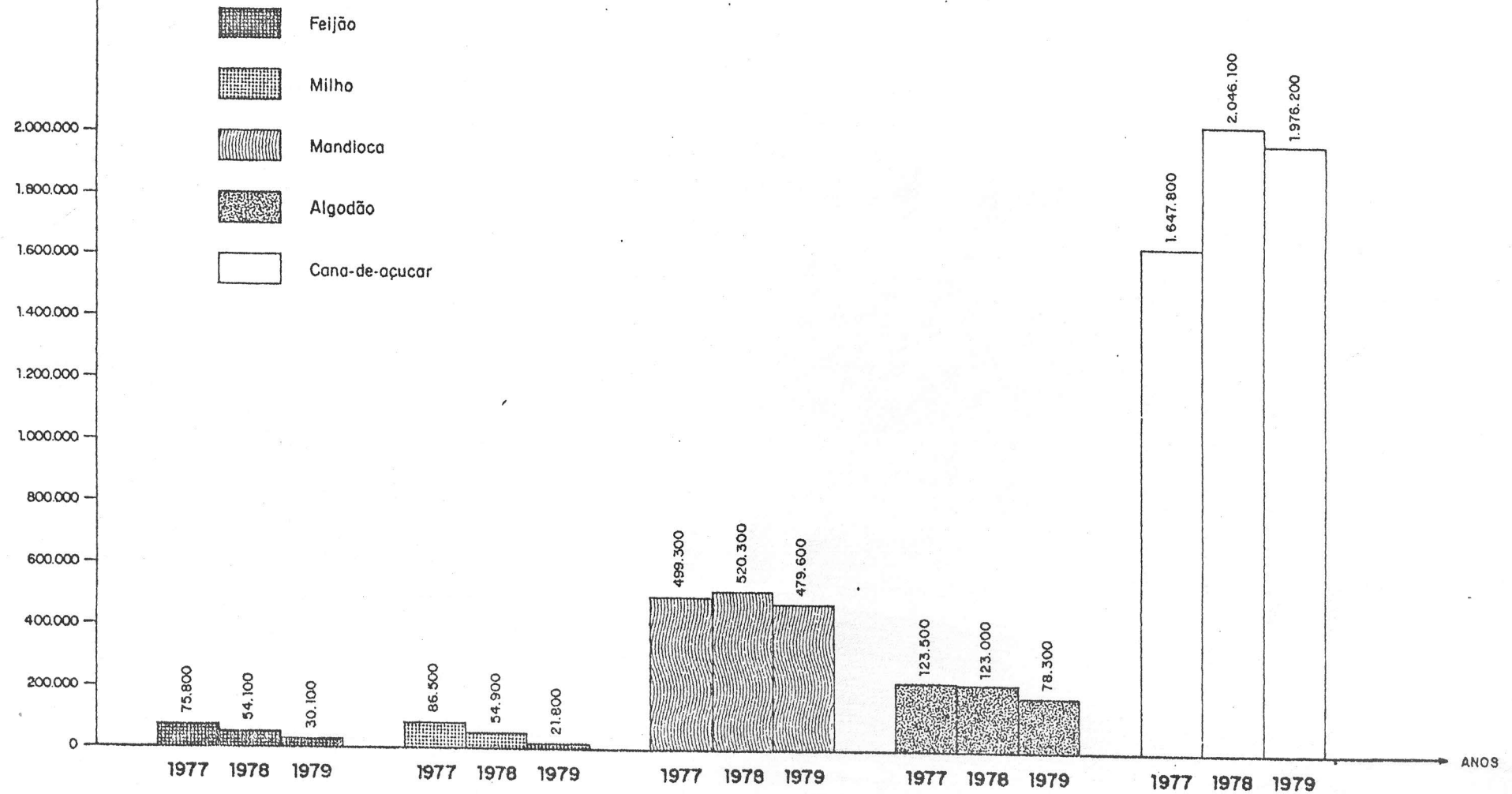
A N E X O S, ao documento  
original.

(Gráficos obtidos do documento "ANÁLISE  
CONJUNTURAL DA ECONOMIA NORTE-RIO-GRAN  
DENSE- 1º semestre de 1979."-editado,  
pela SEPLAN/IDEC-RN, janeiro de 1980.)



# RIO GRANDE DO NORTE

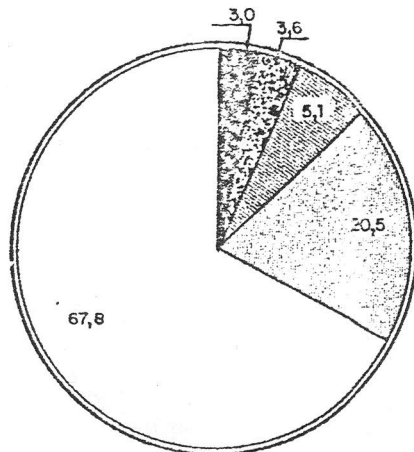
PRODUCAO EM TONELADAS DAS PRINCIPAIS CULTURAS - 1977-79



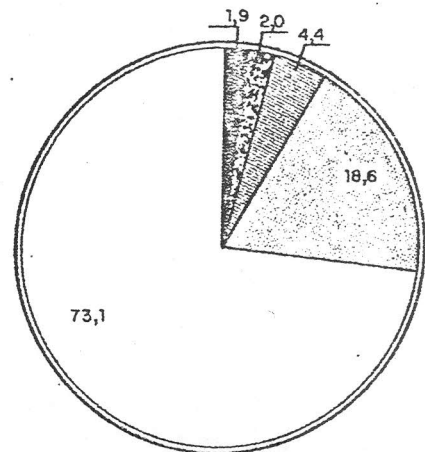
FONTES - IDEC/IBGE(CEPAGRO) - (Dados Originais)

# RIO GRANDE DO NORTE

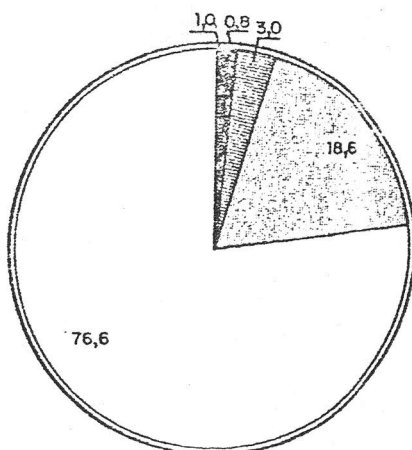
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS PRINCIPAIS CULTURAS NO VALOR  
TOTAL DA PRODUÇÃO - 1977-79



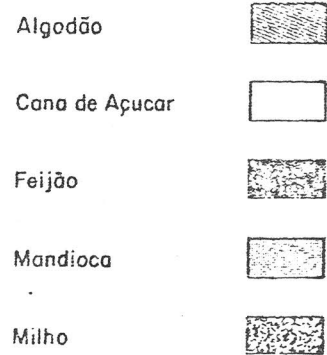
1977



1978

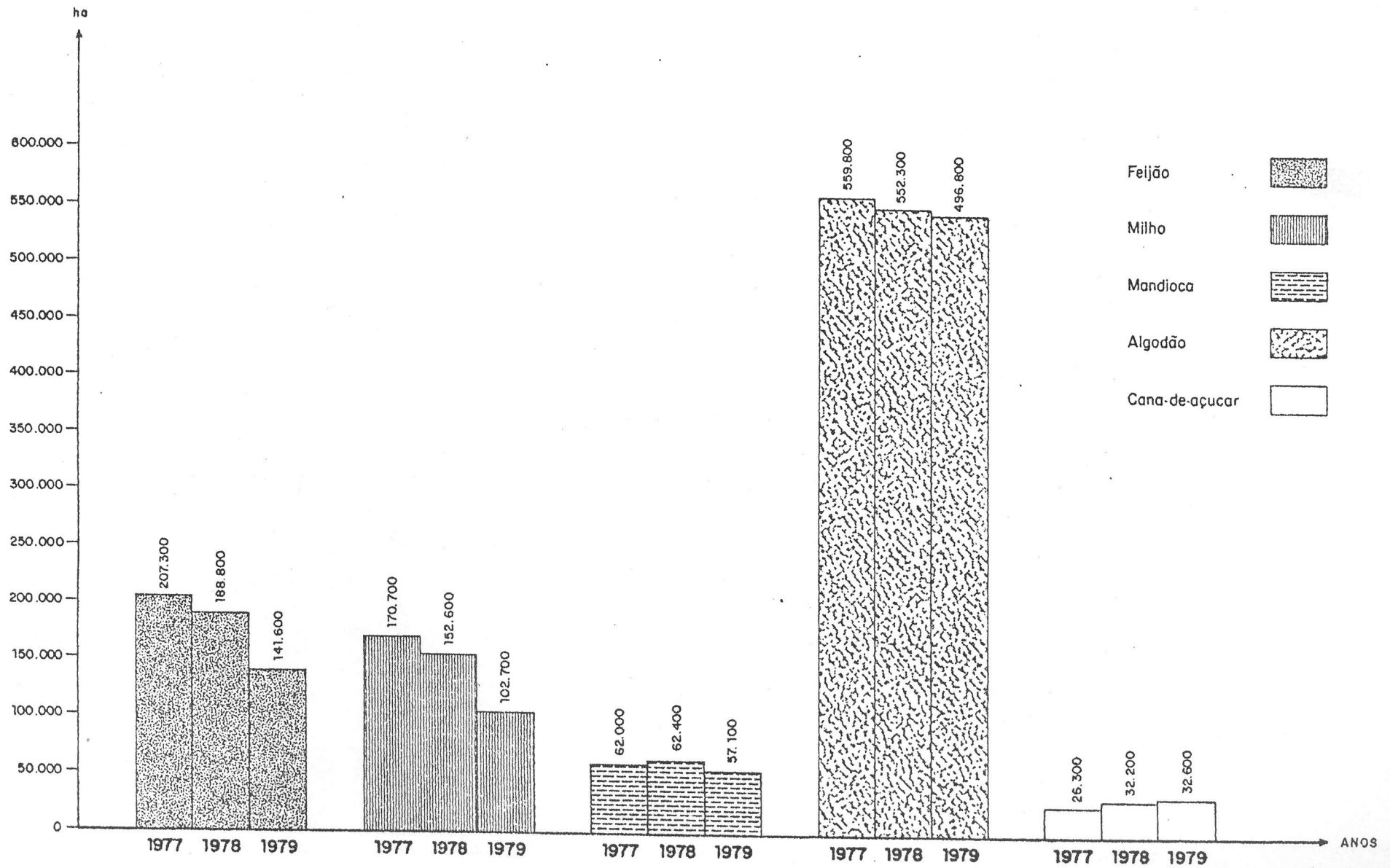


1979



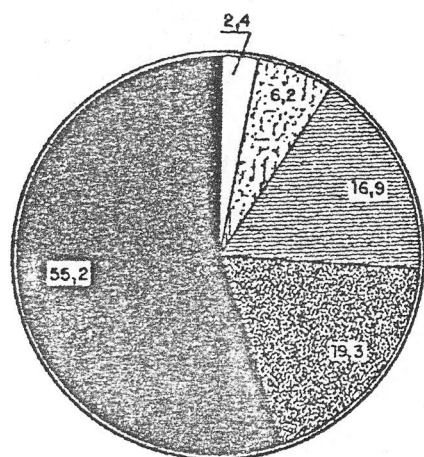
# RIO GRANDE DO NORTE

## ÁREA PLANTADA EM HECTARE DAS PRINCIPAIS CULTURAS-1977-79

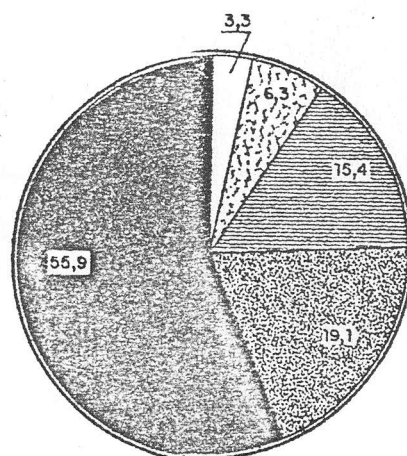


# RIO GRANDE DO NORTE

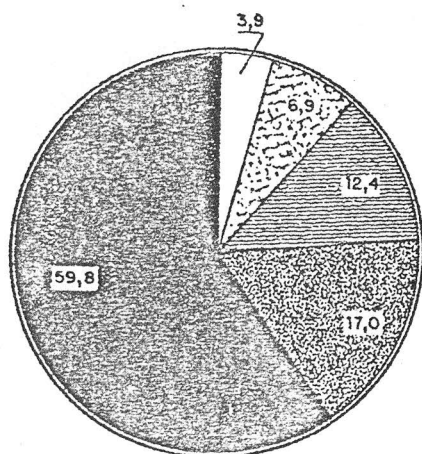
## ÁREA PLANTADA DAS PRINCIPAIS CULTURAS - 1977-'79



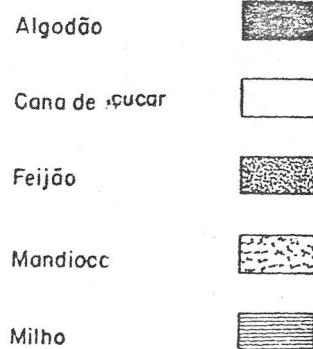
1977



1978

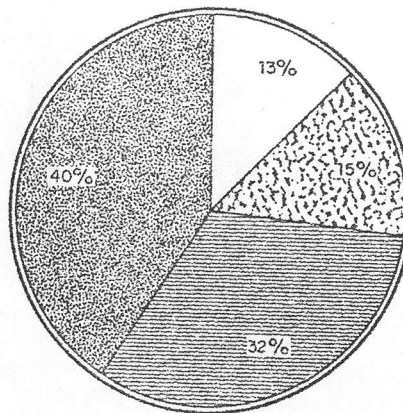


1979



## RIO GRANDE DO NORTE

VALOR DAS EXPORTAÇÕES PARA O EXTERIOR  
SEGUNDO AS PRINCIPAIS MERCADORIAS - 1º SEMESTRE - 1979



Scheelita



Baler Twine

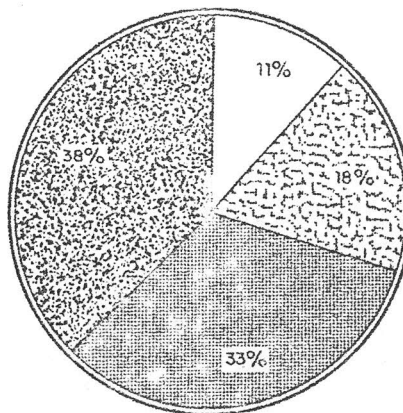


Cauda de Lagosta



Outros

QUANTIDADE DAS EXPORTAÇÕES PARA O EXTERIOR  
SEGUNDO AS PRINCIPAIS MERCADORIAS - 1º SEMESTRE - 1979



Óleo de Mamona



Baler Twine



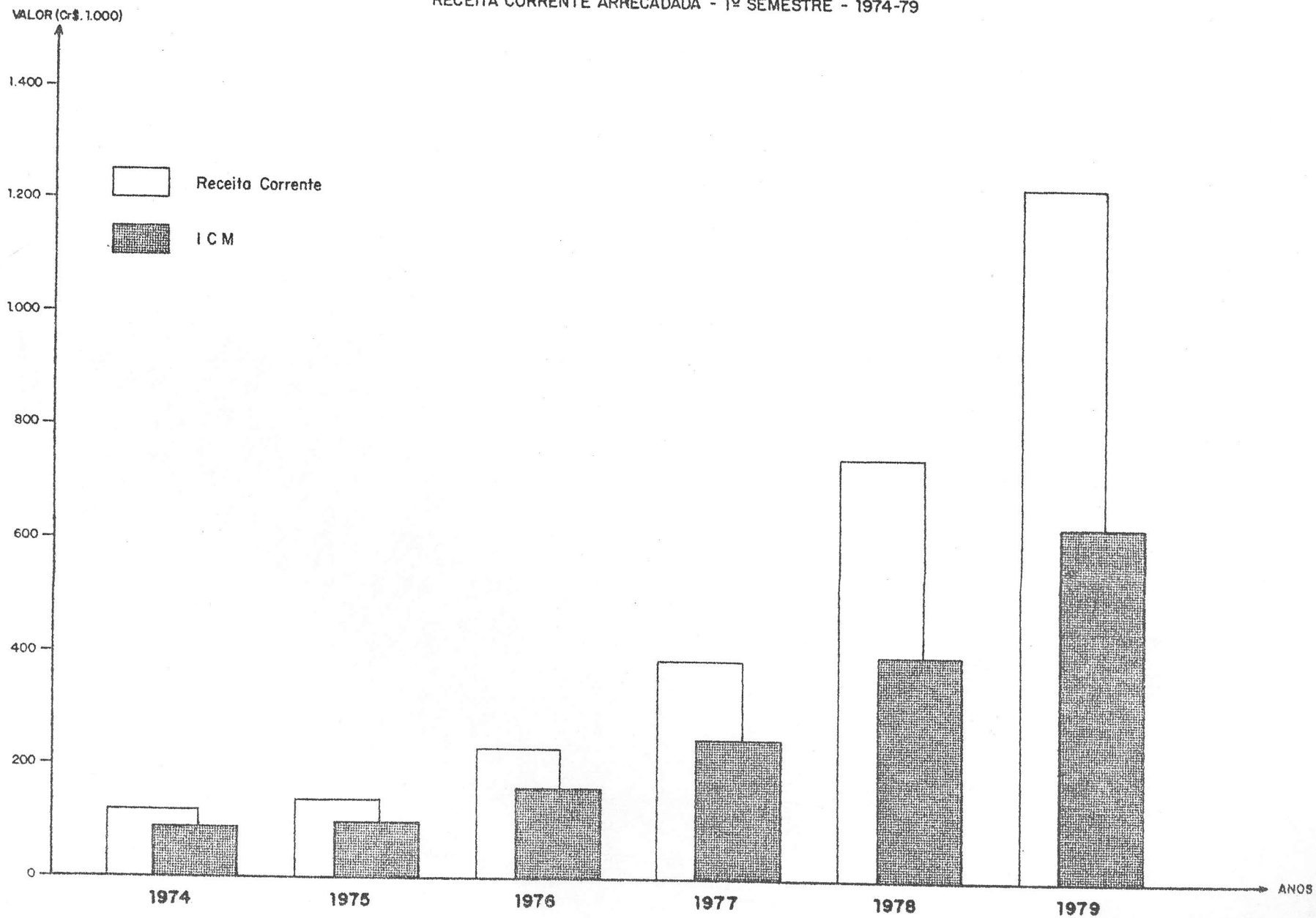
Fibras de Sisal



Outros

# RIO GRANDE DO NORTE

## RECEITA CORRENTE ARRECADADA - 1º SEMESTRE - 1974-79



FONTES - IDEC/SECRETARIA DA FAZENDA (Dados Básicos)

## 3 - SETOR TERCIÁRIO

## 3.1 - QUANTIDADE E VALOR DAS EXPORTAÇÕES PARA O EXTERIOR, SEGUNDO OS GRUPOS E PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS - 1º SEMESTRE - 1978-79

GRUPO DE PRODUTOS	EXPORTAÇÕES PARA O EXTERIOR			
	1º SEMESTRE			
	QUANTIDADE (t)		VALOR (FOB-US\$ 1.000)	
	1978	1979	1978	1979
TOTAL.....	4.591	13.809	12.174	17.842
PRODUTOS BÁSICOS.....	2.714	5.441	3.990	4.445
Buchas de Sisal.....	300	680	75	189
Fibras de Sisal.....	2.135	4.515	800	1.800
Scheelita.....	270	210	2.883	2.263
Outros.....	9	36	232	193
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	1.877	8.368	8.184	13.397
Semimanufaturados.....	1.264	3.025	7.859	10.187
Caudas de Lagosta.....	465	386	5.299	5.682
Couro Bovino Acamurçado	73	99	451	980
Fios de Algodão.....	186	130	646	464
Óleo de Mamona.....	-	1.575	-	1.144
Outros.....	540	835	1.463	1.917
Manufaturados.....	613	5.343	325	3.210
Baler Twine.....	594	5.175	311	2.582
Outros.....	19	168	14	628

FONTES - PROMOEXPORT-RN/IDEC.